

Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXV - Nº 191 - Dezembro/2014

www.sinprodf.org.br

CATEGORIA UNIDA AVANÇA SEMPRE 10 ANOS DE PLANO DE CARREIRA

10 A 12

VITÓRIA DA LUTA
CATEGORIA SUSPENDE AULAS
E GDF PAGA SALÁRIOS

03

CONAE
2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO INDICA PRIORIDADES

05

ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL
PROFISSIONAIS APONTAM AVANÇOS E
MAIORES DESAFIOS PARA O FUTURO

08

CALENDÁRIO ESCOLAR 2015
DOCUMENTO TRAZ
ALGUMAS NOVIDADES

15

Operários, Tarsila Do Amaral - 1933

Expediente

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: Luis Ricardo Machado, Tomaz de Alvarenga e Carla Lisboa
Revisão: José Antônio de Oliveira
Diagramação: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva
Capa: Samuel de Paula
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 37.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
Carlos Cirane - Coordenador
Cláudia Bullos
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
Isabel Portuquez de S. Felipe - Coordenadora
Francisco Raimundo (Chicão)
Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
Elaine Amâncio Ribeiro
Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
Dimas Rocha - Coordenador
Ilson Veloso Bernardo
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
Eliceuda Silva França - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
Rosilene Corrêa - Coordenadora
Luiz Alberto Gomes Miguel
Geraldino Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
Magneete Barbosa Guimarães
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Cláudio Antunes Correia - Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
Wiviane Farkas - Coordenadora
Jucimeire Barbosa (Meire)
Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
Maria José Correia Muniz - Coordenadora
Manoel Alves da Silva Filho
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
Julio Barros - Coordenador
Luciana Custódio
Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
Fernando Reis
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
Gabriel Magno - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
Gardênia Lopes dos Santos
Maria Cristina Sant'ana Cardoso
Jailson Pereira Sousa
Marcos Alves Pires
Regina Márcia de Assis Santos



OS NOVOS DESAFIOS QUE A EDUCAÇÃO TERÁ EM 2015

As mobilizações e as lutas diárias de professores e professoras têm sido fundamentais para modificar a trajetória da educação no país. Nos últimos anos, avanços significativos foram constatados no setor, principalmente pelo debate de prioridades entre o governo, movimentos sociais e a própria sociedade. O debate colocou a educação em pauta, tornando-a uma das prioridades no Brasil. Aliados ao incremento de medidas do governo federal e de leis que têm fortalecido a educação, dois pontos colaboram para um cenário ainda mais promissor nos próximos anos: a sanção do Plano Nacional de Educação (PNE) e a discussão do Plano Distrital de Educação (PDE) pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Plano Nacional de Educação ocupa uma posição estratégica para este avanço, já que propõe, entre suas metas, elevar o investimento em educação dos atuais 6,4% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao fim de uma década; a erradicação do analfabetismo; a universalização da educação infantil (crianças com quatro e cinco anos) até 2016; do ensino fundamental (6 anos a

14 anos), tendo pelo menos 95% dos alunos concluindo a etapa na idade recomendada; a oferta de educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas do país; e a elevação do número de matrículas na pós-graduação, visando à titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Tudo isto trará os avanços esperados pela sociedade e de que a educação tanto precisa.

Já em relação ao Distrito Federal, o Plano Distrital de Educação, elaborado pelo Fórum Distrital de Educação, foi construído com a participação de vários segmentos da sociedade e se coloca como possibilidade de ser um marco histórico para a democratização da educação. Entre os pontos de grande relevância está o direcionamento de verbas públicas para o ensino público, fato que colaborará para uma escola pública de qualidade. Questões como a dos financiamentos; a valorização dos profissionais (formação, salário, carreira e condições de trabalho); e a participação da comunidade nas decisões do sistema e das escolas (gestão democrática) ajudarão a nortear a educação para as mudanças necessárias.

É nesta perspectiva e a partir

destes novos desafios que a educação iniciará 2015. Entre as preocupações que o setor terá no próximo ano está a violência nas escolas. Uma pesquisa encomendada pela CNTE revela que a falta de segurança e a violência nos centros escolares são apontados pela população como os maiores problemas para uma educação de qualidade. Outro consenso apontado pelo levantamento é a valorização dos professores. Para 98% dos entrevistados, a profissão deveria ser mais valorizada. Como consequência deste cenário, 87% diz não querer seguir a carreira magistério. O dado é preocupante já que, na perspectiva do PNE, o avanço da educação está diretamente ligado ao egresso de profissionais na carreira do magistério.

Diante deste cenário é cada vez mais importante a participação de todos e todas nas lutas diárias e no processo de negociação na busca por avanços que atendam efetivamente o pleito da categoria, pois somente a mobilização com a participação de todos os professores e orientadores garantirá o sucesso de nossa luta, pois nossa vitória dependerá da mobilização de cada um de nós.

PAGAMENTO DOS(CAS) APOSENTADOS(CAS)

Professores(as) e orientadores(as) aposentados(as) realizaram Ato Público no dia 4 de dezembro, na Praça do Buriti, para exigir do governo o pagamento da pecúnia das licenças-prêmio não gozadas pelos(as) professores(as) aposentados recentemente, descumprindo a Lei Complementar nº 840/2011. Na reunião entre a comissão de diretores do Sinpro e aposentados(as) e a secretária adjunta de Administração, o governo se comprometeu a fazer o pagamento dos(as) professores(as) e orientadores(as) aposentados(as), mas até o fechamento desta edição o crédito não havia sido realizado pelo Governo do Distrito Federal.

GESTANTES GANHAM ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Após anos de discussão no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, ações movidas pelo Sinpro forçaram o GDF a mudar de posição. A Procuradoria Geral (PGDF) orientou a Secretaria de Educação do DF a conceder estabilidade provisória às grávidas do contrato temporário. A estabilidade cobre os meses de gestação e os da licença maternidade. Nesse período, a remuneração estará garantida. Interessadas devem entregar os documentos exigidos à Gerência de Gestão dos Profissionais da Educação (GEPROF), na sua CRE. O encaminhamento da GEPROF deverá ser levado à Cossaúde, que emitirá documento de concessão, o qual deverá ser protocolado na 607 Norte, com vistas à GESPROS.

CATEGORIA SUSPENDE AULAS POR 48H E GDF PAGA SALÁRIOS DOS PROFESSORES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS

APÓS MANIFESTANTES FECHAREM O EIXO MONUMENTAL E, NO DIA 9 DE DEZEMBRO, COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO SE REUNIU COM O GOVERNO E RECEBEU DOCUMENTO CONFIRMANDO CRÉDITO DE RECURSOS PARA O PAGAMENTO



Milhares de servidores da Educação fecharam o Eixo Monumental durante Ato Público realizado no dia 9 de dezembro

Milhares de professores(as), orientadores(as) educacionais, profissionais da Saúde e de outras áreas estiveram reunidos no dia 9 de dezembro, durante Ato Público na Praça do Buriti. Durante o ato, o grupo fechou o Eixo Monumental na altura do Palácio do

Buriti. Em resposta à pressão da categoria o Governo do Distrito Federal recebeu a Comissão de Negociação do Sinpro, quando o secretário de Administração, Wilmar Lacerda, apresentou um documento confirmando que o crédito de recursos para o banco realizar o pagamento dos salários da carreira magistério e assistên-

cia à educação foi feito. Com isso o pagamento da Folha da Educação foi creditado.

Durante todo o dia, a categoria enfrentou sol e chuva, mas mostrou garra se mantendo firme na luta até que o governo apresentasse o comprovante de que os recursos foram transferidos para o banco.

A categoria também realizou Ato Público com paralisação no dia 8. A manifestação foi feita em resposta à falta de pagamento dos salários, que estavam programados para o quinto dia útil do mês. Na noite do dia 8, quando o Sinpro recebeu a confirmação que o dinheiro não seria depositado, a Diretoria Colegiada do Sindicato convocou o Ato Público.

O Sinpro continua em alerta para garantir que os(as) pro-



Comissão de Negociação recebeu documento do secretário de Administração

fessores(as) e orientadores(as) educacionais recebam o pagamento do 13º salário. O Sindicato também permanece atento à data que o GDF informou ao Sinpro sobre o pagamento dos(as) professores(as) que se aposentaram nos meses de agosto, setembro e outubro e não receberam os valores

correspondentes à pecúnia da licença-prêmio.

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal entende que salário de trabalhador, férias e 13º salários são direitos invioláveis. A resposta a qualquer tentativa de calote será sempre imediata por parte da categoria, que não foge da luta.



Nem mesmo a chuva desanimou os manifestantes reunidos no Buriti

JÚLIO BARROS, DIRETOR DO SINPRO, COMENTA OITO PONTOS DO PNE

Na edição anterior do Quadro Negro, a diretora do Sinpro, Luciana Custódio, comentou as sete primeiras metas do Plano Nacional de Educação (PL 8035/2010), aprovado em junho.

A Lei do PNE é composta de 14 artigos, 20 metas e 254 estratégias que, nos próximos dez anos, serão responsáveis pelas políticas públicas no país. O PNE tem por objetivo maior orientar as políticas educacionais das redes pública e privada, sendo também um instrumento balizador para os orçamentos de todos os entes da Federação.

“O projeto aprovado ainda não é o idealizado pelos movimentos sociais para fazer frente aos incontáveis desafios educacionais, que são multisseculares. Todavia, pode-se dizer que ele representa fundamental conquista social, sobretudo se considerarmos a guerra sem fronteiras, que se travou durante sua tramitação no Congresso Nacional” afirma Júlio Barros, diretor do Sinpro.

Dando continuidade aos comentários dos(as) diretores(as) do Sinpro sobre o PNE, nesta edição do Quadro Negro o diretor Júlio Barros fala sobre as metas de 8 a 13.



Foto: Bruno Lanza

META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Essa meta assume o compromisso de elevar a escolaridade da população jovem e adulta a patamares de países desenvolvidos (hoje a média no Brasil é de 7,2 anos); com ênfase em políticas voltadas para as populações de baixa renda e do campo. Destaca-se também o ponto que trata da equiperificação da escolaridade média entre negros e não negros. Enquanto a taxa

entre os brancos é de 5,3%, entre os negros e pardos ela salta para 11,8%. Apesar dos avanços com relação ao acesso dos negros ao ensino superior nos últimos 12 anos; no ciclo escolar, quanto mais elevada é a etapa de aprendizagem, menor é a presença de negros e pardos”.

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

“Essa meta assume o compromisso de pôr fim ao analfabetismo absoluto (o que já deveria ter sido erradicado há décadas; quando a coloca somente para 2024, fica claro uma falta de prioridade para acabar com essa chaga) e a diminuir em 50% o funcional; que

ainda é tímida e incompatível com as exigências sociais”.

META 10

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

“Falta ousadia, com vistas a se corrigir esta dívida social. A aquisição simultânea de formação profissional representa um passo seguro na melhoria das condições sociais dos excluídos. Embora a oferta de EJA e a sua concomitância com a educação profissional agregue valores à capacitação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, não seria justo inviabilizar a oportunidade a essas pessoas de cursarem os ensinos fundamental e médio regulares, em períodos noturnos, se assim optarem, visando o acesso à universidade. Consoantes os dados do Inep de 2013, o investimento nesta modalidade é de apenas 0,003%, e a meta contenta-se em elevá-lo para 0,1%, haja timidez!”.

META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta, a prioridade para a forma integrada e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público.

“Esta meta tende a contrapor a massificação da oferta privada nos cursos

de educação profissional, mas é preciso qualificar o debate sobre o cômputo das novas vagas no ensino profissional, não devendo levar em conta a oferta de cursos do Pronatec, visto que esses não se adequam à perspectiva de educação profissional técnica de nível strictu sensu”.

META 12

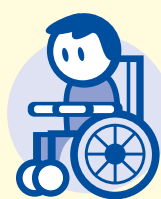
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

“Merece destaque na meta 12 a vitória dos movimentos sociais na redação, que vincula percentual de 40% de vagas públicas no país. Lembrando que, atualmente, as vagas públicas representam 25% do total desse nível de ensino. Portanto, esta meta representa um avanço social de grande relevância e dimensão”.

META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

“Esta meta, no contexto vigente, é de efetivo alcance social. Muito embora, devesse ser bem mais ousada”.



CONAE DISCUTE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO PAÍS

A CONFERÊNCIA APONTOU COMO DEMANDAS PRIORITÁRIAS A APROVAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL, EM 2015, E A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ATÉ 2016



A Conferência Nacional de Educação reuniu cerca de 4 mil pessoas entre os dias 19 e 23 de novembro, em Brasília

Cerca de quatro mil representantes da educação pública e particular, de setores sociais, gestores, trabalhadores, professores, pais e estudantes se reuniram em Brasília para discutir os rumos da educação no Brasil. Norteado pelo tema “O Plano Nacional de Educação (PNE) na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, a II Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014) discutiu, de 19 a 23 de novembro, as emendas aprovadas durante as conferências estaduais e dis-

trital. Os diretores Julio Barros, Wijairo Mendonça, Luciana Custódio, Wiviane Farkas (delegada) e Delzair Amâncio (observadora) representaram o Sinpro na Conferência, que é um espaço democrático, articulado com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da educação brasileira.

Durante a CONAE foram indicadas responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino. Outro ponto importante foi a discussão de um conjunto de propostas para subsidiar a implementação do PNE. Para

o coordenador de Organização e Informática do Sinpro, Júlio Barros, duas demandas prioritárias sobre a PNE foram deba-

4 mil
pessoas estiveram
presentes na Conae

tidas durante a Conferência: a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) em 2015 e a regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) até 2016.

“A LRE consiste em garan-

tir a eficácia das leis e normativas que regem os sistemas de ensino e em aprimorar o controle institucional do Estado brasileiro sobre a correta aplicação dos recursos da educação, garantindo os insumos necessários para a qualidade social da educação pública. Já a consecução das metas do PNE está condicionada à regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), conforme dispõe o art. 214 da Constituição, ou seja, o PNE deve ser o articulador do SNE, não sendo um fim em si mesmo. E caberá ao SNE orientar as políticas cooperativas entre os entes federados. Esta condição é fundamen-

tal para que o PNE não se torne uma simples carta de intenções”, salientou Julio Barros.

Wijairo Mendonça destacou o caráter democrático dos debates e das discussões, na tentativa de garantir os avanços que a educação precisa. “Em relação à aplicação dos 10% do PIB, a Conferência reafirmou o caráter público dos investimentos e discutiu as possibilidades de novas fontes de financiamento como, por exemplo, a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto no artigo 153 da Constituição”, analisou o diretor do Sinpro.

A próxima edição da Conae está prevista para 2018.



O BRASIL PRECISA RADICALIZAR A DEMOCRACIA E UNIVERSALIZAR OS DIREITOS

Neste ano o país viveu uma experiência que há décadas não via: manifestações de ódio à democracia e reivindicações pela volta da ditadura militar. Em entrevista exclusiva ao Quadro Negro sobre essa situação do Brasil pós-eleitoral, o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Junior, diz que esse tipo de ação faz parte da democracia participativa, direta, protagonista. Reitor da UnB entre 2008 e 2012, ele é pesquisador da linha “O Direito Achado na Rua”. Confira, a seguir, trechos da entrevista.

Sinpro-DF – O Brasil está vivendo um processo violento de disputa pelo poder desde antes do primeiro turno das eleições, com grupos defendendo o fim da democracia e a volta da ditadura militar. O que está acontecendo com a democracia?

José Geraldo – Há um projeto de elite e um projeto popular. A gente está assistindo de novo na rua, pelos meios de comunicação, o embate entre esses dois projetos em um terceiro turno após as eleições. Mas, como a articulação é nacional e internacional, essas questões ficam interrelacionadas e não dá mais para aventuras. Quando menciono o papa e ele diz que lutar por terra, trabalho e pão é justiça e não invasão, rebelião, criminalização, é um modo de legitimar essas ações. Outra forma de mostrar que o mundo é outro é quando a gente vê alguém ir à Casa Branca fazer uma petição, um pedido de intervenção dos marines aqui, e vê o presidente dos EUA dizer que o mundo é outro e que não dá para fazer mais o controle genérmico do mundo. As potências não podem ser mais genérmicos do mundo.

Sinpro-DF – Outro dado dessa mudança de concepção é o fato de a ONU aquiescer políticas sociais de inclusão, como, por exemplo, o Bolsa Família.

José Geraldo – Exatamente. Por um lado, no próprio modo capitalista, se vê que ele se ajusta para sobreviver e assimila estratégias compensatórias para que o seu sistema não se exploda. Por outro lado, vemos paradigmas, como, por exemplo, a Finlândia dizer que não quer mais carro particular na rua. Na rua ou é transporte sustentável ou transporte solidário, público. Quebra também a força de um modelo que tem como centro, por exemplo, a indústria automobilística e uma matriz energética.

Sinpro-DF – Até porque envolve a sobrevivência do planeta Terra, uma questão de meio ambiente.

José Geraldo – Sim. Ainda tem essa cultura de responsabilidade complementar. O latifundiário está pensando na mais-valia e na lucratividade. O planeta é um insumo. E, como na velha leitura predatória da acumulação, o estoque de insumos para ele. Não tem compromisso com o planeta nem com as gerações futuras. Depois deles, o dilúvio. Esses elementos estão presentes na internet e os meios de comunicação, por isso não dá mais para manter o monopólio, até porque existem meios alternativos e eficientes de construir a refutação de





opinião publicada, não é opinião pública, é publicada. A questão agora é que a gente tem de disputar as instituições. Como fazer que, na consolidação da república, a gente construa, nessa interrelação, a dimensão pública do aparato institucional do Estado e da sociedade.

Sinpro-DF – O que explica uma pessoa de menos de 30 anos ir às ruas reivindicar um sistema opressor? Onde está a falha da democracia?

José Geraldo
– De um lado, memória e de outro, história. Muitos de nós temos memória dos processos de democratização do país, sentimos

isso. Vimos na nossa vizinhança, na família, nos locais de trabalho. Ao lado da censura, a tortura. De outro lado temos a história. Para alguns desses jovens os medos não estão na memória porque eles não vivenciaram isso. Estão na história. Mas a história é equivalente na sua leitura de textos que eles obtêm quando fala, por exemplo, da Revolução Francesa. Algo distante.

Sinpro-DF – Isso não seria uma falha do próprio governo democrático-popular que começou a inclusão social via consumo, por exemplo, com o Programa Bolsa

Família, em vez de fazê-la via cidadania?

José Geraldo – Essa opção de “vias” pressupõe a participação na escola. Tem de mudar o panorama da educação, da escola. A educação não é só o que se coloca na escola. Ela se coloca na escola, na família, nos meios de comunicação. Agora, como é que vai fazer pedagogia pelos meios de comunicação se eles não são democratizados, se eles continuam bens privados de segmentos que representam as formas apropriativas da realidade imediatamente anterior? A comunicação no Brasil é familiar e é privada apesar de

a Constituição dizer que ela é de interesse público sujeito à concessão e cumpre função educadora. Então, como é que vai cumprir? Acho até que o governo tenta porque construiu uma metodologia de diálogo social, não por acaso com apresentação do Decreto nº 8.243/14 que, dirigido ao Executivo, tenta criar um sistema de participação social, não inventando nada.

Sinpro-DF – Mas o decreto está regulamentando um artigo da Constituição, não?

José Geraldo – Não só está regula-

mentando o artigo, mas está orientando a Administração Pública a agir em função das diretrizes da Constituição por isso que ele é perfeitamente constitucional. Não cria despesa, não inventa nada e daí ele ter sido chamado de um método. Que método? Um método de participação.

Sinpro-DF – Mas, professor, temos visto nas redes sociais e em algumas manifestações públicas, pessoas adversárias a esse decreto chamar, por exemplo, os conselhos – todo tipo de conselho – de soviets no sentido pejorativo.

José Geraldo – E originário da palavra. Mas veja, em toda história social e política esse método (o da democracia participativa com conselhos etc.) foi uma elaboração do processo de construção social. Está lá na Comuna de Paris, 1872. E quando digo “método”, estou dizendo que são esforços de comunicação entre governo e sociedade. Por exemplo, o Decreto da Participação Popular. Esse decreto não cria nada. Quando ele fala de conferências, que é o chamado bolivarianismo, as pessoas nunca leram Bolívar, nunca leram a Carta da Jamaica, não conhecem o que significou construir uma proposta de república no contexto da emergência da formação social latino-americana e que teve em figuras, como Simón Bolívar, na Venezuela, e Manoel Bonfim, no Brasil. A gente está percebendo que é um bordão, linguagem de comunicação de massa no sentido da ideologização que os meios de comunicação fazem exatamente para a pessoa não pensar e ficar presa ao sentido denotativo da expressão que se usa. É uma espécie de metonímia da política. E esse método, uma forma de comunicação entre o governo e a sociedade, foi incrementado, melhorado, adaptado ao Brasil dos anos 2000, não é uma invenção do governo atual. Os conselhos foram os instrumentos do modo de governar das prefeituras

do MDB (hoje, PMDB) num tempo de busca pela redemocratização (anos 1970). Por exemplo, uma das formas mais desenvolvidas desse processo foi a usada pelo governo Franco Montoro, em São Paulo, um governo do PSDB, cujo secretário mais ativo era José Serra. Não tem nada de sovietação. É por isso que esses programas de inclusão social são globais. Bolsa Família tem no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos.

Sinpro-DF – Quais são os desafios da democracia?

José Geraldo

– Radicalizá-la. Explorar a promessa que a própria Constituição. Resgatar o Projeto de Participação Social, suspenso pelo Congresso Nacional, logo após as eleições deste ano, e estendê-lo aos outros Poderes. A democracia é inventar direitos todo dia. Então tem de radicalizar a Constituição. Lembrar que ela é um ponto de partida e não um ponto de chegada e que o projeto que está inscrito nela, a partir de seu artigo 1º, é o de que o verdadeiro poder é o poder popular.

Sinpro-DF – É por isso que o governo democrático-popular é um governo de disputa e que o Poder Executivo não pode administrar o país somente para os

integrantes do partido do qual ele é originário?

José Geraldo – Realmente não. Os desafios são esses: radicalizar a democracia para politizar todos os espaços sociais, incluindo aqueles que, derivados do modelo da Constituição, têm de permear a vida corporativa, por exemplo, fazendo com que também sindicatos se tornem sindicatos de cidadania. A Constituição tem até saltado em relação ao Código Civil para dizer que a família não é o casamento e a união estável de afetos entre homem e mulher. E agora já se diz: por que

entre homem e mulher? Não é monoparental. É uma comunidade de afetos. Não apenas entre homens e mulheres. Mas entre sujeitos amorosos que exercitam afetos e que têm

“Devemos reivindicar a radicalização da democracia e a universalização dos direitos”

dimensão de que forma comunidades de afetos. São esses os desafios. Mas eles são permeados por interferências morais, religiosas ou de outros tipos. A moral é religiosa, mas é também de classe. Tem uma moral burguesa e uma moral proletária. A moral cristã e a moral atea. Então tem de ter a dimensão dos espaços e interlocução para que se construa os modos de articular saberes, eticidades. Devemos reivindicar a radicalização da democracia e a universalização dos direitos, sabendo que os direitos não são quantidades, e sim relações.





PEDAGOGO ORIENTADOR EDUCACIONAL

A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PASSA POR SUAS MÃOS

Em homenagem ao Dia do(a) Pedagogo-Orientador(a) Educacional, além de um seminário realizado no dia 14 de novembro, em que se discutiram os problemas e desafios da categoria, o Sinpro traz agora uma reflexão sobre o papel e os desafios da carreira deste(a) profissional. Apesar de a profissão ter sido reconhecida há mais de 40 anos, o(a) pedagogo(a)-orientador(a) educacional ainda enfrenta o desafio de ver seu reconhecimento na prática.

É muito comum ele(a) ser confundido(a) com uma pessoa que está na escola para disciplinar estudantes e ser o responsável pelo reforço escolar. Não. A orientação educacional é uma atividade de mediação desempenhada por um(a) pedagogo(a) com formação universitária. Ele está na escola, sobretudo, para mediar conflitos entre os(as) estudantes, a escola e a família e investigar os fatores que interferem e dificultam a aprendizagem.

Outro desafio do(a) pedagogo(a)-orientador(a) é fazer o(a) professor(a) compreender que o trabalho de refletir sobre os limites,

as diferenças, é pedagógico e importante. **Lúcia Santis**, orientadora educacional da Secretaria de Educação, diz que um dos maiores desafios é o de promover essa reflexão da prática do dia a dia e mostrar que o(a) pedagogo(a)-orientador(a) não é o(a) profissional que vai dar o reforço escolar a fim de que o(a) aluno(a) aprenda, uma vez que o reforço vai repetir o processo da sala de aula.

“Muitas vezes, durante o desempenho dessa função, a gente sequer entra no mérito e no conteúdo específico e sim, no conteúdo emocional desse sujeito, para decidir o que está realmente dificultando a aprendizagem. O desafio é fazer o(a) professor(a) compreender que esse trabalho é pedagógico”, afirma.

Em 2014, 748 orientado-

res(as) educacionais da rede de ensino público do Distrito Federal atuaram na mediação de 471 mil estudantes distribuídos nas mais de 600 escolas da rede. Lúcia Santis diz que, diante desse quadro, é preciso aumentar a quantidade de profissionais, visto que essa demanda resulta em uma sobrecarga de trabalho para a categoria.

Na segunda quinzena de novembro deste ano, a Secretaria de Educação promoveu um concurso para preenchimento de até 1.200 vagas previstas no Plano de Carreira em vigor. O terceiro desafio da categoria é ver sua aposentadoria equiparada à dos(as) docentes. Os(as) pedagogos(as) orientadores(as) educacionais pleiteiam, por intermédio do Sinpro, isonomia no direito à aposentadoria especial.





"O maior prazer que tenho na vida é trabalhar com o(a) estudante. O(a) orientador(a) educacional é a pessoa que o(a) aluno(a) mais confia. A gente sabe de muitas histórias. É emocionante. Temos um outro olhar sobre o(a) educando(a). É gratificante também poder ajudar o(a) professor(a) porque a gente trabalha o coletivo. Amo trabalhar na escola, com gente, e ser dinâmica. Na orientação educacional é preciso ser dinâmico(a)."

**Wilma Wany Batista Pereira, do CEF 4, Guará I.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"O(a) orientador(a) educacional executa uma função essencial, porque é ele ou ela que dá apoio ao(à) estudante e suporte à gestão escolar. Tem uma visão privilegiada da escola e pode assessorar a direção em todos os assuntos, sobretudo, nas dificuldades que o professorado enfrenta com o(a) aluno(a) com dificuldades pessoais e familiares."

**Marcela Vietes de Mendonça Pedrosa, do CEM 01, Gama.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"Fazemos de tudo um pouco. Na escola, identificamos os problemas que afetam a aprendizagem e, muitas vezes, nos sentimos impotentes diante dos problemas do(a) adolescente. Temos de ter cuidado para não somatizarmos. A orientação educacional precisa ser valorizada e respeitada. Somos mediadores(as) de conflitos."

**Sueli Rodrigues Sousa, do CEM Setor Leste, Asa Sul.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"A despeito dos desafios, a orientação educacional é um lugar cheio de coisas boas, sobretudo quando trabalhamos com projetos, com parcerias com a universidade. Para mim, o Dia da Família na Escola é um dos momentos mais marcantes. É a culminância de nosso trabalho porque os pais e as mães percebem a importância de estar na escola com seus(as) filhos(as)."

**Solange de Almeida Lima Figueiredo, da EC 16, Gama.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"Muitos pais veem a escola como um depósito de alunos(as). Eles deixam seus (suas) filhos(as) lá, não fazem o acompanhamento diário e o(a) orientador(a) tem o desafio de mostrar aos pais a importância de estarem presentes no processo de escolarização. Devido a esta distância, muitos alunos(as) não têm expectativa de futuro."

**Ivanilde Maria Pereira da Silva,
da Escola Classe 803, Recanto das Emas.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"Às vezes vemos um(a) aluno(a) totalmente desacreditado(a), desanimado(a). A partir do momento que trabalhamos de perto com este(a) estudante, percebemos uma melhora em vários aspectos. Ele(a) consegue se reencontrar e isto é gratificante."

**Francisca das Chagas Teles do Nascimento,
do CEF 507, Samambaia.
Pedagoga-Orientadora Educacional**



"Os maiores desafios da carreira da orientação educacional estão na batalha pela conquista da aposentadoria especial e na necessidade de contratação de mais profissionais para atender às necessidades que existem na rede pública."

**Francisco Alves "Chicão",
Diretor da Secretaria de Assuntos dos Aposentados do
Sinpro-DF e Pedagogo Orientador Educacional aposentado**



"Pelo fato do(a) orientador(a) ser um(a) mediador(a) no processo pedagógico, ele termina tendo um papel fundamental e pode contribuir para o processo de ensino e aprendizado. O(a) orientador(a) é uma espécie de advogado(a) dos(as) alunos(as) dentro e fora da escola"

**Meg Guimarães, Diretora da Secretaria de
Formação Sindical do Sinpro-DF.**

PLANO DE CARREIRA: UMA D

CONCEITO BASEADO NA TRIÁDE FORMAÇÃO, REMUNERAÇÃO E CARREIRA, ADOTADO EM 2004, ELEVOU A QUALIDADE DO TRABALHO, M

Pela primeira vez em 35 anos, a categoria docente da rede pública de ensino do Distrito Federal comemora 10 anos de implantação de planos de carreiras que mudaram a direção do conteúdo e o seu conceito, instituindo um conjunto de melhorias na vida profissional dos(as) professores(as).

Em 2004, a diretoria do Sinpro, juntamente com a categoria, iniciou uma remodelação conceitual que culminou com a implantação do segundo plano de carreira que deu conta de estruturar a carreira, instituir a progressão e estabelecer tabelas de reajustes e de recomposição salarial na rede pública de ensino. 2004 foi um marco na trajetória da categoria.

Trata-se de um corte de qualidade na história das lutas do sindicato porque instituiu um plano muito mais avançado do ponto de vista político e qualitativo. Até 1988, o plano era constituído de tabelas. Uma forma fria e plana de buscar recompor perdas, estabelecer reajustes e restituir o poder aquisitivo dos salários.

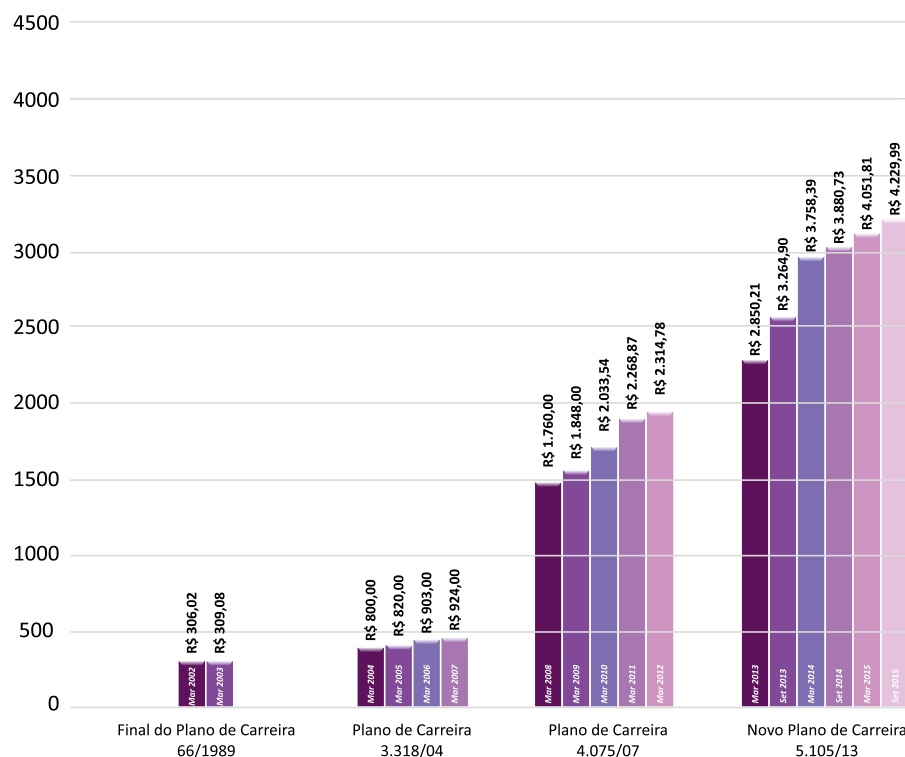
Em 1989, com o primeiro plano de carreira, Lei nº 66/89, o magistério começou a se organizar na tríade carreira–remunera-

ção–formação. Mas foi a partir de 2004 que a luta salarial da categoria agregou qualidade na construção das reivindicações, acrescentando no plano de carreira diretrizes para melhorar as condições de vida e de trabalho dos(as) professores(as), alterando, significativamente, vários aspectos, desde a entrada até a saída do serviço público.

Um exemplo desse avanço foi a modificação na forma de ingresso que acabou por potencializar a formação dos(as) docentes. De lá para cá, do ponto de vista da formação, a progressão foi ampliada e estimulada porque não existem mais barreiras. Ao longo desses 10 anos, o novo conceito de plano de carreira promoveu avanços relacionados aos recessos, calendário escolar, portarias, remanejamento, afastamento remunerado para estudo que impedem perdas financeiras.

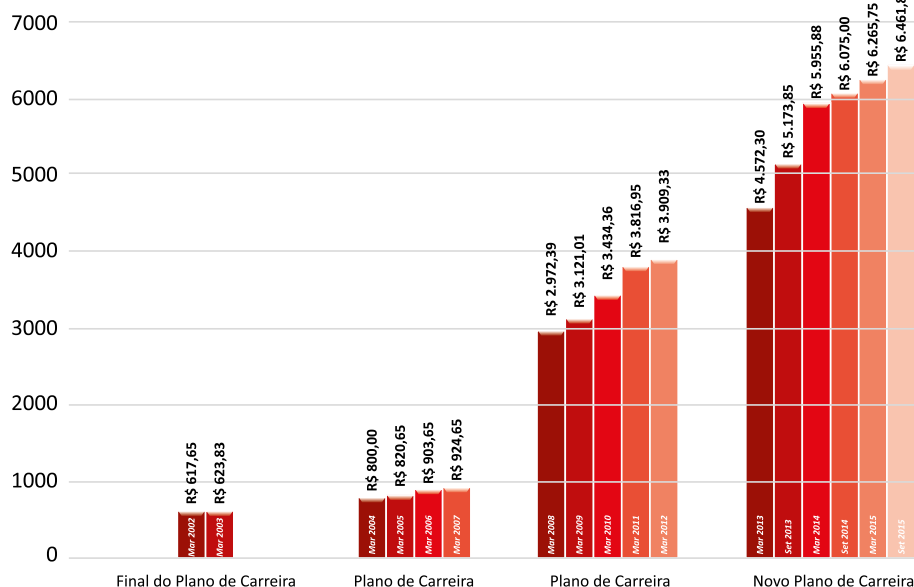
“Até o momento da saída da ativa foi valorizado nessa década. É que quando foi incorporada, em 2014, a última parcela da Tidem, a categoria saiu de uma remuneração frágil e conquistou um vencimento mais robusto. Essa mudança tem uma importância significativa para todos no momento da aposentadoria. Construímos um plano de carreira completo que

A luta pelo fortalecimento do vencimento
Evolução do Vencimento – Piso – (ESPECIALISTA 40h – Pq4)



*Esses valores são apenas dos vencimentos (sem gratificações)

A luta pelo fortalecimento do vencimento
Evolução do Vencimento – Teto – (ESPECIALISTA 40h – Pq4)



*Esses valores são apenas dos vencimentos (sem gratificações)

cuida do ingresso e da permanência com um olhar na saída”, analisa Fernando Ferreira, o diretor de Política Educacional do Sinpro.

Ele afirma que “há 10 anos que esta diretoria reorienta o conceito de plano de carreira. “Saímos do debate raso de discussão do salário e passamos para uma ação mais profunda que foi a discussão da carreira e, dentro dela, um item para o salário. Importante lembrar que, ao valorizarmos todo o conjunto de diretrizes que compõe a carreira, valorizamos o salário também”, afirma.

GANHO SALARIAL REAL AO ANO

O Plano de Carreira dá continuidade a uma política de ganho real salarial anual que já ocorre desde 2004, quando a categoria passou a discutir melhorias salariais combinadas com estruturação do plano de carreira.

“Entendemos que plano de carreira é uma questão que vai além da tabela salarial porque discute condição e jornada de trabalho e, nesta última edição, a catego-

ria mais uma vez conseguiu superar a inflação do ano de 2013 e de 2014 e entrará em 2015, na última fase de implantação, já com o desafio de pensar futuros reajustes salariais que possam garantir os ganhos reais e os avanços no seu poder aquisitivo”, informa Cláudio Antunes, coordenador de Imprensa do Sinpro. O infográfico mostra de um ano para o outro essa variação no vencimento.

No infográfico relativo à inflação, observa-se que ora a categoria tem um avanço mais expressivo ora o avanço é menor, porém, invariavelmente, ela tem tido crescimentos acima da média de ganhos reais do conjunto dos trabalhadores. Dados do Dieese comprovam a constância dos avanços e, mais do que isso, demonstram que além dos ganhos de 59,52% acima da inflação, a categoria docente da rede de ensino público do Distrito Federal tem tido o dobro do ganho da média nacional dos últimos doze anos. “Nós estamos tendo ganhos salariais reais na escala de o dobro da média apontada

ÉCADA DE MUITAS VITÓRIAS

MODIFICOU A DIREÇÃO DO CONTEÚDO E IMPRIMIU NOVO RUMO À LUTA DOS(A) PROFESSORES (AS) DA REDE DE ENSINO PÚBLICA DO DF

Evolução Salarial, Inflação e Ganho Real dos Professores do DF de 2003 a 2014

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Varição Acumulada no Período
Aumento Salarial	1,00%	11,00%	9,70%	24,10%	12,10%	17,20%	5,00%	10,04%	11,14%	6,36% ¹	7,83% ²	6,83% ²	215,48%
Inflação - INPC	10,40%	6,10%	5,10%	2,80%	5,20%	6,50%	4,10%	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%	5,82% ³	97,76%
Ganho Real Anual	-8,51%	4,62%	4,38%	20,72%	6,56%	10,05%	0,86%	3,35%	4,77%	0,15%	2,15%	0,95%	59,52%

¹ Valor Acumulado: Reajuste Residual (2,69%) + Média do que representou os R\$200,00 na remuneração de cada professor(a) entre os padrões 1 a 25.

² Reajuste Médio entre os Padrões 1 a 25 (os reajustes variam de 6,57% a 7,00%).

³ Inflação do ano de 2014 (estimando os índices de nov e dez 0,38% - mesmo índice oficial de outubro).

pelo estudo do Dieese”, assegura o diretor de Imprensa.

Embora o Plano de Carreira não esteja totalmente implantado, já que será finalizado em setembro de 2015, um aspecto foi alcançado em março de 2014: o fim da Gratificação de Tempo Integral (GTI), a qual substituiu, neste plano, os percentuais residuais da Tidem. Com a incorporação da Tidem, o movimento docente da rede pública do Distrito Federal instituiu, pela primeira vez na história da categoria, o vencimento salarial superior à soma das gratificações existentes no contracheque. Como 70% da categoria já têm especialização, neste Quadro Negro é apresentado o gráfico de vencimento da especialização e no Quadro Negro nº 180, de julho de 2013, os vencimentos da graduação.

O vencimento passou, portanto, a ser a principal fonte de remuneração no contracheque porque a soma das gratificações que o(a) professor(a) tem não supera o valor do vencimento. O plano de carreira implantou uma política salarial que trouxe a valorização da carreira. “Nesse aspecto específico da valorização, para ilustrar esses ganhos, o vencimento, com a definitiva incorporação da Tidem em março deste ano, passou a ser a

principal fonte remuneratória”, explica Antunes.

AVANÇOS CONTEMPLAM NOVATOS

A política de tornar a Gratificação de Titulação em tabela tem sido fundamental para valorizar a categoria. Ela impulsionou a formação dos(as) professores(as). “Se hoje há um universo de quase 70% de professores e professoras que fazem parte da tabela de especialista, isso foi um impulso decorrente dessa nova concepção de plano de carreira”, afirma Cláudio Antunes.

Cleber Ribeiro, diretor de Imprensa do Sinpro, lembra de que um dos fatos ocorridos que confirmam esse ganho real foi o de que, “no bojo da implantação do Plano de Carreira, a mudança positiva e significativa foi na natureza da Gratificação de Especialista, Mestre e Doutor, ou seja, a Gratificação de Titularidade deixou de ser gratificação e se tornou tabela”, esclarece.

Outro dado que prova as vantagens reais obtidas por meio desse Plano de Carreira é que ele conseguiu ampliar os afastamentos para formação superior sem perdas financeiras. Isso colaborou com a ampliação do número de mestres e doutores na rede de ensino público. “É resultado dessa política que olha o conjunto

da carreira do ponto de vista da remuneração, da tabela e também do da formação”, ressalta Ribeiro.

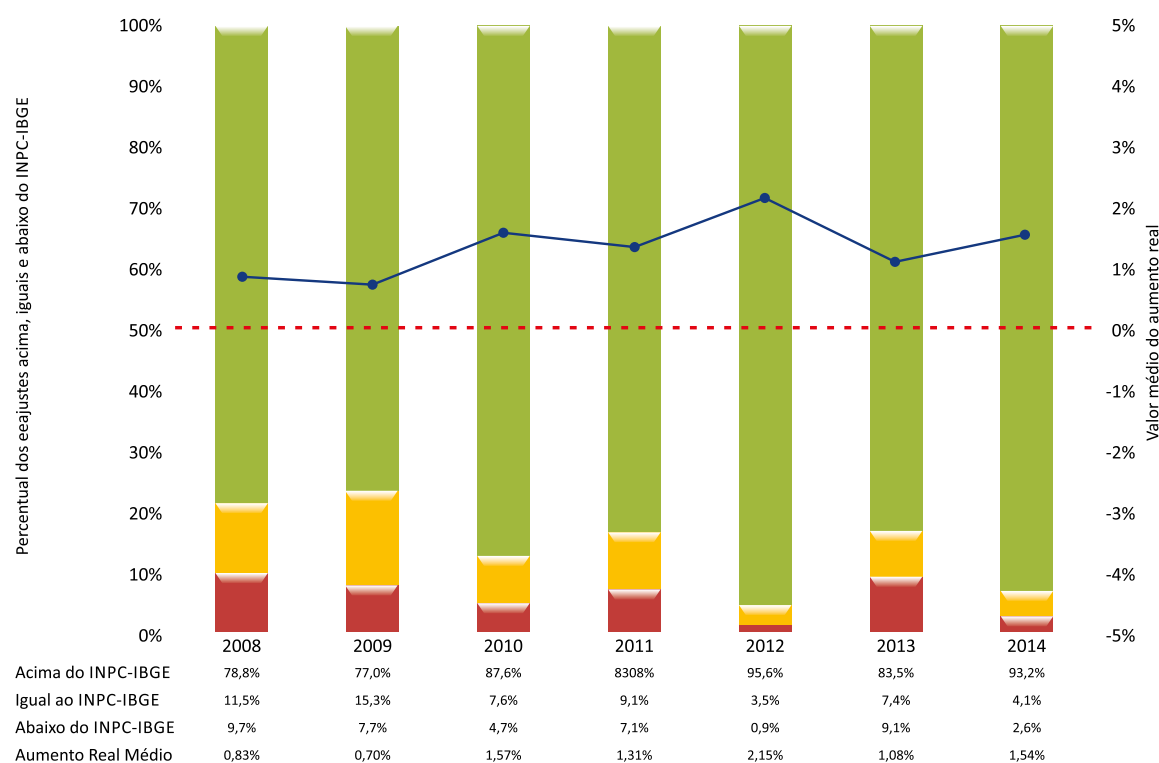
A prova desse avanço é que os(as) novatos(as), no atual plano de carreira, já ingressaram com a certificação de especialista, mestre ou doutor com impacto financeiro no ato da contratação. “O fato é que

para além da transformação da titulação de especialista, mestre e doutor como tabela salarial e do incentivo à política de formação da categoria docente, no caso dos mestres e doutores, o plano de carreira atual foi mais além porque permite que o(a) professor(a), uma vez estudante, com bolsa e afastamento,

não tenha perda nos seus salários”, destaca Antunes.

“Até o plano de carreira da Lei 4.075/2007, os professores que se afastavam perdiam a Gratificação de Regência de Classe, que hoje é a Gratificação de Atividade Pedagógica (GAPed), levando um prejuízo de 30% sobre o vencimento”, completa.

Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio, em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 2008 – 2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de acompanhamento de salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 340 unidades de negociação

CATEGORIA OBTEVE FORTALECIMENTO DO VENCIMENTO

O contracheque e o gráfico demonstram a trajetória salarial nos últimos dez anos. Em 2002, ainda durante a vigência do primeiro Plano de Carreira (Lei nº 66/89), o vencimento da professora correspondia a 12% da remuneração total. Na de novembro de 2014, passou a corresponder 57%.

O vencimento de alguns(as) professores(as), sobretudo os(as) de área específica, atinge 60%, uma vez que têm menos gratificações. O Plano de Carreira atual consolida, assim, a inversão da lógica salarial do Estado mínimo, instituída na década de 1990, período de políticas neoliberais em que a remuneração no serviço público foi esfacelada em gratificações.

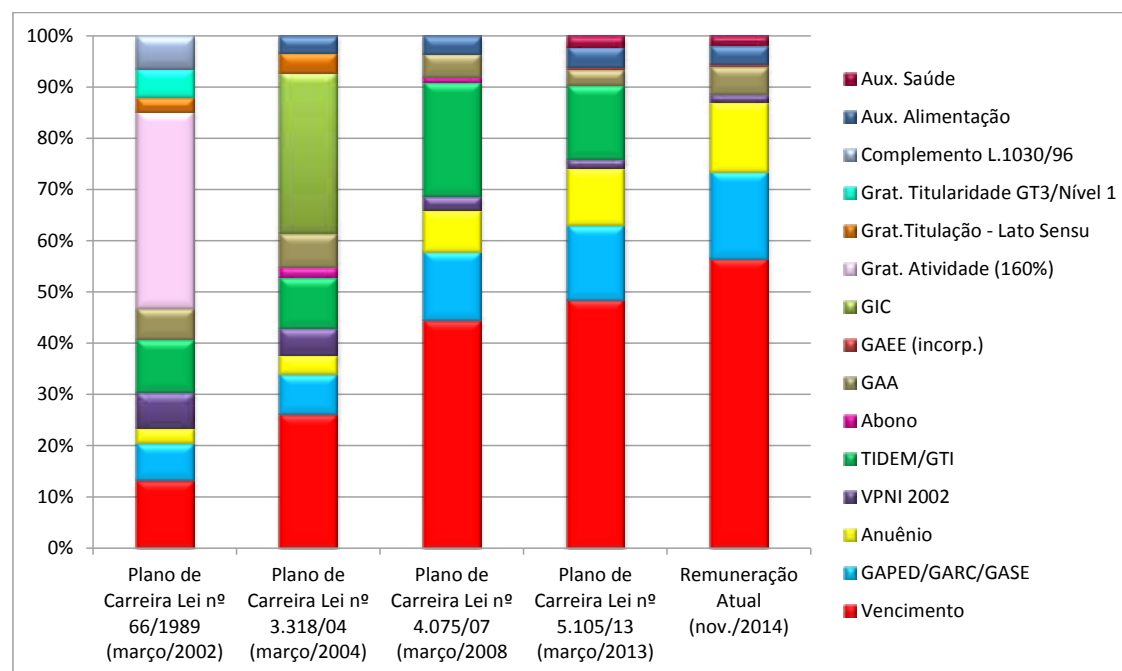
“No gráfico, a composição salarial da professora de 2002 até 2014 mostra que a remuneração foi vertiginosamente alterada para cima”, explica Cláudio Antunes, diretor de Imprensa. Ele acredita que o desafio da categoria agora seja lutar para incorporar as demais gratificações ainda existentes.

Dieese – O Dieese afirma que, em 2013, a média de reajuste da categoria foi de 7,83% e, em 2014, de 6,83%. Contudo, a professora do exemplo teve um reajuste maior. O dela foi de 8,76%. O cálculo médio apresentado pelo Dieese foi o de que a categoria, em 2014, obteve um reajuste médio de 6,83% e a inflação projetada para este ano, segundo o mesmo órgão, foi de 5,82%.

É essa diferença que gera ganho real. Assim, os(as) professores(as) tiveram aumento e ganho real em 2014.

Simulador – Os(as) trabalhadores(as) brasileiros obtiveram reajuste de cerca de 1%. O Dieese faz uma média, mas a realidade individual de cada pessoa no Plano de

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DO DISTRITO FEDERAL CONTRACHEQUE FOLHA NORMAL							
NOME DO SERVIDOR				MATRÍCULA			
CARGO EFETIVO PROFESSOR DE EDUC. BASICA				REF/PADRÃO 25-PQ4			
CARGO EM COMISSÃO/FUNÇÃO				SÍMBOLO			
ENDEREÇO							
LOTAÇÃO ESCOLA CLASSE 410 DE SAMAMBAIA							
SITUAÇÃO ATIVO				REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO			
CPF	BANCO 070	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	DATA ADMISSÃO 24/03/1990	MÊS/ANO PAGAMENTO 11/2014		
TIPO	CÓDIGO	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	PARCELA	VALOR R\$		
RENDIMENTOS	1004	30	VENCIMENTO	98	6.075,00		
	1265	120	GAAE PROF LEI 4075/07	99	46,56		
	1270	18000	GAPED LEI 5105/13 ATIVO	99	1.822,50		
	1374	0	VPNI-LEI.2932/2002 ATIVO	99	163,00		
	1502	24	ADICIONAL TEMPO DE SERVICIO	98	1.458,00		
	1856	18000	GAA LEI 4075/07 ATIVO	99	582,10		
	1926	22	AUX. ALIMENTACAO PECUNIA	98	394,50		
	1942	100	AUXILIO SAUDE	98	200,00		
DESCONTOS	4257	0	SINPRO-DF MENSALIDADE	99	101,47		
	4920	1100	SEGURIDADE SOCIAL	98	1.116,18		
	4950	2750	IMPOSTO DE RENDA	98	1.607,94		
MARGEM CONSIGNÁVEL R\$ 2.125,44		DEPÓSITO FGTS R\$ 0,00		BRUTO R\$ 10.741,66		DESCONTOS R\$ 2.825,59	
				LÍQUIDO R\$ 7.916,07			



Carreira pode gerar um reajuste maior, como no caso acima.

Por isso, a categoria deverá entrar no site do Sinpro com o contracheque de janeiro e o de dezembro de 2014, para que, com esses dois documentos, acessar um novo simulador

que vai mostrar o quanto cada um(a) obteve de reajuste em 2014. O simulador estará disponível assim que o contracheque de dezembro for liberado.

A luta por uma carreira – Na história da capital do país, o

magistério público só teve quatro planos de carreira, dos quais três foram criados nos últimos dez anos. Entre a criação do DF e a Constituição de 1988, não havia plano de carreira no Governo do Distrito Federal (GDF). No máximo, chegaram

a ter, a partir de 1986, tabelas salariais com vencimentos diferenciados em 16 etapas. O GDF só instituiu plano de carreira para os seus servidores em 1989, após a Constituição de 1988 determinar aos estados e ao DF aplicação desse direito.

O primeiro plano da categoria docente, a Lei nº 66, só saiu em dezembro de 1989. Apesar de simples, foi considerada um avanço, visto que, antes, a categoria não tinha nada. Trouxe algumas garantias, tais como, tabelas salariais, férias coletivas e outros direitos básicos quase redundantes com a própria Constituição Federal. Naquela época o diálogo entre o governo e a categoria também era muito ruim.

Em 2004, os(as) docentes conquistaram o segundo plano de carreira, a Lei 3.318/2004. A categoria enfatizou a carreira com base na tríade carreira–remuneração–formação e exigiu o fim da política das gratificações. 2004 é considerado um marco porque, com esse plano, buscou-se sair da condição que as décadas de 1980 e 1990, período das políticas neoliberais, impuseram aos trabalhadores. Apesar de terem sido criadas outras gratificações, havia o objetivo fortalecer o vencimento.

No terceiro plano de carreira (Lei 4.075/2007), a categoria passou a ter mais gratificações incorporadas e, ao mesmo tempo, essa luta ganhou robustez. No quarto plano, Lei 5.105/2013, essa inversão de concepção foi consolidada e houve a inversão da proposta do primeiro plano de carreira. “Diferentemente do primeiro plano, a categoria passou a ter o vencimento como uma maior parcela de sua remuneração total”, afirma Antunes.

ARTIGO 13 DA LEI NÚMERO 5.105/2013 DEVE SER REGULAMENTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ASSIM QUE ENTRAR EM VIGOR, OS(A) PROFESSORES(A) PODERÃO OBTER APOIO FINANCEIRO PARA TRABALHOS DE CUNHO CULTURAL E CIENTÍFICO

O artigo 13, único ponto de pauta do Plano de Carreira ainda não regulamentado, que trata dos incentivos fiscais a ser estabelecido pela Secretaria de Educação para as produções técnico-científicas e culturais dos servidores da Carreira Magistério Público, é debatido. A Comissão de Negociação do Sinpro, em conjunto com a EAPE, a SUGPE e a SUBEB discutiram normas e critérios que subsidiarão a portaria, que deve ser publicada ainda neste ano.

Este artigo é oriundo do Plano de Carreira anterior (Lei nº 4.075/2007) e foi deixado para o final deste Plano de Carreira atual (Lei nº 5.105/2013). Ela vai favorecer professores(as) que produzem artigos de ordem técnico-pedagógico, objeto de pesquisa ou produção acadêmica, além de custear execução de projetos artísticos e culturais (música, teatro, dança, artes plásticas, artes cênicas etc.). Também serão expedidos certificados que poderão ser utilizados para a progressão vertical desde

que atendam os requisitos exigidos na Lei nº 5.105/2013.

“Quando este artigo for regulamentado, vai impactar positivamente na qualidade da educação, incentivar a categoria e aprimorar na formação continuada dos(as) professores(as).

“Regulamentado, este artigo valoriza o profissional de educação e o que é produzido dentro da escola”

Wijairo Mendonça, diretor do Sinpro.

O momento é de diálogo com a nova equipe para garantir esta regulamentação”, diz Wijairo Mendonça, diretor do Sinpro.

Outro grande mérito desta regulamentação é de fomentar o que é produzido no chão da escola, atraindo a mídia para esta nova realidade. “A grande maio-

ria das notícias que são veiculadas hoje, quando se fala das escolas, são negativas. Não há matéria sobre o trabalho positivo que o(a) professor(a) faz na escola.

Este artigo vai valorizar o(a) profissional e também o que é feito dentro da escola e isso será veiculado na imprensa”, afirma Elaine Amâncio, diretora do Sinpro.



ESCOLHA DE TURMAS 2015

PORTARIA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA AINDA NÃO FOI DEFINIDA. SINPRO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEFINEM OS CRITÉRIOS

O Sinpro e a Secretaria de Educação do Distrito Federal analisam os critérios para a escolha de turmas de 2015. Apesar de a Portaria de Distribuição de Carga Horária ainda não estar fechada o Sindicato recebeu, ao longo deste ano, diversas denúncias sobre a compra e venda de certificados de cursos realizados na área pedagógica com o objetivo de avan-

çar a pontuação de professores e professoras no momento da contagem de pontos.

O Sindicato já realizou várias ações para inibir ou desestimular esta prática. Uma delas ocorreu em 2013, quando a pontuação por tempo de serviço foi triplicada, valorizando o tempo e a experiência do(a) professor(a) na rede pública de

ensino do DF na condição de professor(a) concursado(a).

Em 2014 o Sinpro criou uma limitação de carga horária mensal para apresentação de cursos, onde ninguém poderá apresentar mais do que 360 horas de cursos realizados em um único mês. Para 2015 a comissão que analisa a Portaria de Distribuição de Carga Horária já tem

como desafio reestruturar a tabela de pontuação, de forma a não permitir que a comercialização destes cursos crie distorções na distribuição da carga horária dos(as) professores(as).

“É importante lembrar que esta portaria também tem pontos que avançaram ao longo dos últimos anos, como a possibilidade de o(a) professor(a) afas-

tado(a) por motivo de doença ou outro afastamento legal poder participar destes procedimentos. Assim que a portaria for publicada, nós divulgaremos a sua íntegra e também vamos disponibilizar um tira dúvidas para o início do ano letivo”, comentou o coordenador de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes.

GDF ATRASA ENTREGA E COMPROMETE EXECUÇÃO DO PDE NO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA AVALIA QUE DEMORA DA ENTREGA DO DOCUMENTO À CLDF PROVOCA QUASE UM ANO DE ATRASO NA ADOÇÃO DO PDE. PLANO É UMA POLÍTICA DE ESTADO E NÃO DE GOVERNO!

A Diretoria do Sinpro começou uma campanha pela entrega do Plano Distrital de Educação (PDE) à Câmara Legislativa o mais rapidamente possível. Após a entrega, haverá uma segunda etapa de mobilização que envolverá a discussão de cada uma das 21 metas e das cerca de 100 estratégias que compõem o PDE com os deputados distritais.

Somente no dia 1º de dezembro o Parecer nº 201/14, do Conselho de Educação, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). A Diretoria do Sinpro informa que ele já deveria ter sido aprovado pelo Poder Legislativo e estar em curso na capital do país. “Estamos preocupados, pois, se virar a legislatura sem que ele chegue à Câmara Legislativa, correm-se sérios riscos de essa proposta ser totalmente

modificada, contrariando o que foi aprovado na Conferência Distrital de Educação”, alerta Júlio Barros, diretor do Sinpro.

Barros informa que a diretoria do Sindicato está apreensiva. “A gente já está até jogando a toalha no sentido de que não temos mais esperança nenhuma de que vá ser votado este ano. Mas o mínimo deverá ser feito, ou seja, o mínimo é o encaminhamento para o Poder Legislativo”, diz o professor.

O PDE é uma política de Estado que discute todos os níveis e modalidades de ensino tanto da rede pública quanto da rede privada. Trata-se de uma política de inclusão, que busca corrigir várias desigualdades históricas por meio de mais oportunidades educacionais, como atender à população do campo, aos usuários da educação de

jovens e adultos e à população que não teve acesso ao ensino superior.

A proposta foi aprovada em setembro de 2013 pela Conferência Distrital de Educação. Em julho de 2014, integrantes do Fórum Distrital de Educação a entregou formalmente para o Poder Executivo, por intermédio do secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar. Na mesma solenidade, o secretário repassou o documento para o Conselho de Educação do DF. No fechamento desta edição o projeto já havia sido encaminhado para a Casa Civil do DF.

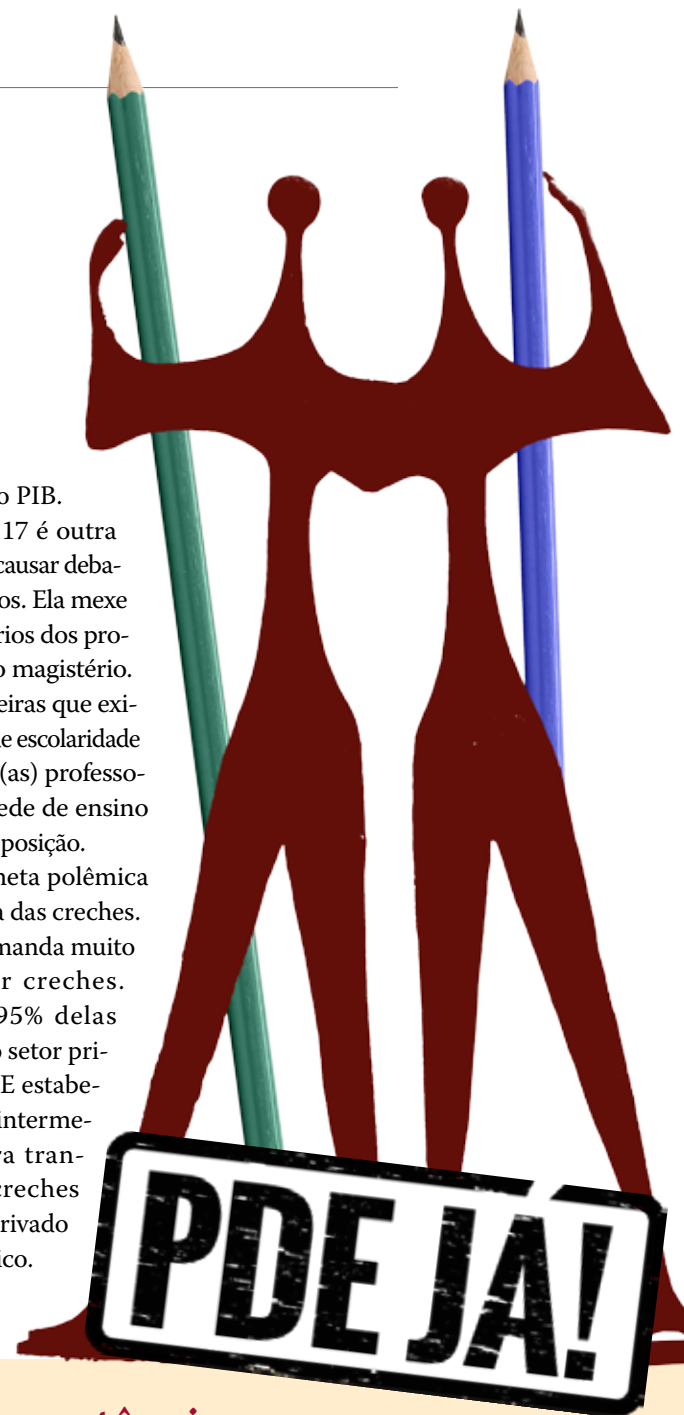
Metas polêmicas

A Diretoria do Sinpro prevê embates na Câmara Legislativa na hora de aprovar a meta 20, que preconiza dobrar os investimentos em educação tendo como

parâmetro o PIB.

A meta 17 é outra que poderá causar debates acalorados. Ela mexe com os salários dos profissionais do magistério. Das 39 carreiras que exigem o grau de escolaridade superior, os(as) professores(as) da rede de ensino estão na 34ª posição.

Outra meta polêmica é a que trata das creches. Há uma demanda muito grande por creches. Cerca de 95% delas estão com o setor privado. O PDE estabelece metas intermediárias para transição das creches do campo privado para o público.



Júlio Barros

Diretor do Sinpro, membro do Fórum Distrital de Educação, professor de História no CEF 25 de Ceilândia e Mestre em Educação pela UnB.

Conselho Escolar: concepções, funções e competências

O Conselho Escolar tem como incumbência, “...ser a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, a partir de seus diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e gestão de seu projeto político pedagógico”. (Bordignon, 2006). Dentre as diversas atribuições do Conselho Escolar, encontra-se a de dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que poderia ser feito. O Conselho Escolar é o órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização

do trabalho na escola, sobre o seu funcionamento. Entretanto, a proposta do Conselho Escolar não elimina necessariamente as tensões entre os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar e local. Por isso não é interessante excluir o Conselho como o único instrumento de democratização, mas que ele esteja inserido numa proposta global (assembleia geral, conselho de classe participativo, grêmios estudantil etc), até mesmo porque no processo de institucionalização dos conselhos coexistem formas democráticas, amplamente

participativas, com formas que preservam e atualizam a estrutura autoritária tradicional da política social brasileira, os “conselhos de carimbo”, que só dão amém às direções das escolas. O Conselho Escolar possui diversas atribuições, destaco aqui: as funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. A composição, funções, responsabilidades e funcionamento dos conselhos escolares devem ser estabelecidos pela própria escola, a partir de sua realidade. Apesar de os conselhos serem uma conquista dos movimentos sociais, a

maioria deles ainda é objeto desconhecido dos segmentos da comunidade escolar. Por isso é de maior relevância estudar os conselhos como forma contemporânea de gestão, colocando em análise suas práticas. Enfim, conforme nos ensina Gadotti (2006)... “a criação de conselhos escolares como uma medida isolada e burocrática, tende ao fracasso”. Eles só são eficazes num conjunto de medidas políticas que visem à participação e à democratização das decisões, que supõe que a participação se constitua numa estratégia explícita dos gestores.

CALENDÁRIO ESCOLAR 2015 TRAZ NOVIDADES

DOCUMENTO PROPICIA MAIS AUTONOMIA PARA A UNIDADE ESCOLAR. UMA DAS POSSIBILIDADES É QUE O RECESSO DO MEIO DO ANO PODER SER MAIOR, COMO OCORREU NO CALENDÁRIO DE 2014

Foi publicada no dia 25 de outubro a portaria que normatiza o Calendário Escolar 2015. O documento traz algumas novidades conceituais, propiciando mais autonomia para a unidade escolar, e foi construído a partir de ampla discussão com a categoria e com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O ano letivo e o seu planeja-

mento pedagógico passam pela discussão do calendário escolar. O Sinpro e a categoria têm realizado essa discussão desde 2007, trazendo sempre ganhos significativos. Nessa construção existem parâmetros que precisam ser respeitados para que a proposta da escola seja viável legalmente.

Para o ano letivo de 2015 algumas novidades já fazem parte da prática escolar de mui-

tas unidades de ensino no DF e uma realidade nas redes Estaduais e Municipais. No próximo ano teremos os Dias Letivos Móveis. Esses dias são letivos, mas a critério da comunidade escolar, as datas poderão ter suas atividades transferidas para outros dias dentro do mesmo semestre (finais de semanas). Muitas escolas já desenvolvem atividades com a comunidade escolar

nos finais de semana (culminâncias de projetos temáticos e festas juninas), de forma que o seu calendário escolar poderia ficar adequado conforme o planejamento pedagógico.

O importante na administração dos Dias Letivos Móveis é que a comunidade escolar tem até o dia 20 de março para confirmá-los como datas normais de aula, ou transferir as aulas destes dias para

outras datas no mesmo semestre.

O Calendário Escolar de 2015 é, sem dúvida, o mais ousado dos calendários já criados pela categoria, pois além de garantir os 200 dias letivos aos estudantes, promoveu espaços de debates pedagógicos, mais autonomia da comunidade escolar nas flexibilizações de datas e recessos. Portanto, fortaleceu a Gestão Democrática da escola.

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Feriados

01/01 - Dia Mundial da Paz
17/02 - Carnaval
03/04 - Paixão de Cristo
21/04 - Tiradentes/
Aniversário de Brasília

01/05 - Dia do Trabalhador
05/06 - Corpus Christi
07/09 - Independência do Brasil
12/10 - Nossa Senhora Aparecida
15/10 - Dia do(a) Professor(a)

02/11 - Finados
15/11 - Proclamação da República
30/11 - Dia do Evangélico
25/12 - Natal

Convenções

- Férias Coletivas
- Apresentação dos(as) professores(as)
- Início do ano letivo
- Término do ano letivo
- Semana de Educação para a Vida - Lei nº 11.988/2009
- Dia da Educação Infantil - Lei nº 4.681/11
- Término do 1º semestre letivo
- Início do 2º semestre letivo
- Dia da Consciência Negra (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)
- Recesso escolar para estudantes e professores(as)
- Encontro Pedagógico
- Avaliação final de 2015
- Avaliação pedagógica do semestre/reunião com a comunidade escolar/dia letivo temático
- Dia do(a) Orientador(a) Educacional
- Olimpíadas de Matemática/OMEP/dia letivo temático
- Escolha de turmas
- Dia Letivo Móvel: As escolas terão até 20 de março para realizar consulta sobre a mobilidade destes dias, que são letivos e de trabalho normal. A escola que tratar estes dias como recesso terá de repor o(s) dia(s) dentro do semestre. Feriados e domingos não serão usados nesta recomposição.
- Semana de Conscientização do Uso Sustentável da Água nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 5.243 de 15/12/2013)
- Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei nº 11.133/2005)
- Fundação do Sinpro-DF

Bimestres

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
09/02 a 24/04	27/04 a 07/07	27/07 a 05/10	06/10 a 22/12



SECRETARIA DOS APOSENTADOS DO SINPRO FAZ BALANÇO POSITIVO DE 2014

O ACERTO DOS(A) PROFESSORES(A) APOSENTADOS(A) MOBILIZOU AS AÇÕES DA SECRETARIA NO FINAL DE 2014; OUTROS EVENTOS TAMBÉM FORAM DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA OS(A) APOSENTADOS(A)

A Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro, durante todo o ano de 2014, esteve ao lado da categoria, seja na luta, como na formação e também nas festividades. Os diretores Francisco Alves (Chicão) e Sílvia Canabrava comentam as principais ações do ano, que foram coordenadas pela diretora Isabel Portuguese.

Curso de Formação Sindical

Sílvia: “Neste ano foram três turmas, nos meses de junho (1ª etapa), outubro (2ª etapa) e em novembro mais uma turma de 1ª etapa. Eu avalio que foi uma atividade bem proveitosa porque nós estamos resgatando essas pessoas para a luta diária do Sindicato. Neste mês de dezembro vamos entregar os certificados para os participantes das três turmas de 2014”.

Chicão: “Uma coisa bem interessante é que nessas turmas de 1ª etapa, há gente que se aposentou recentemente e já está engajada na luta conosco. Mal saiu da sala de aula e continuam lutando por melhorias. As três turmas deste ano foram bem participativas. E faremos mais três turmas em 2015”.

Seminário dos(as) professores(as)



Sílvia Canabrava, Isabel Portuguese e Chicão, da Secretaria dos Aposentados

apostados(as), que ocorreu em setembro

Sílvia: “Foi maravilhoso, com quase 600 professores(as) presentes. Pelo retorno que recebi, eles(as) gostaram bastante. Os assuntos abordados foram de grande interesse. Foram palestras sobre saúde, vida financeira, importância da atividade física, doenças cardiológicas, dentre outras. Sem contar a confraternização que ocorre entre eles(as), que é muito importante.

Chicão: “Foi muito positivo, com uma ótima participação. Inclusive, daqui por diante não faremos mais seminários, mas palestras, com temas específicos, que sejam do interesse deles(as), em espaços de tempo menores”.

Baile dos aposentados

Chicão: “É uma coisa maravilhosa, basta ouvir os comentários de quem vai. Muitos afirmam que jamais perdem um. Eles(as) especulam quando será o próximo e aguardam ansiosamente. É uma festa concorrida, na qual eles(as) se produzem e dançam até tarde”.

Acerto com os(as) professores(as) aposentados(as)

Sílvia: “No atual governo e desde quando começou a pagar



O Baile dos(as) Professores(as) Aposentados(as) foi um grande sucesso, com todos os convites retirados

a licença prêmio em pecúnia, para quem não usufruiu durante a época da ativa, nunca ocorreu este fato, de ficar sem o acerto financeiro. Quem se aposentou em julho, agosto, setembro e outubro estavam sem receber. O Sinpro organizou um ato dia 28 de outubro, em frente ao Palácio do Buriti, e então o GDF fez o acerto pra quem se aposentou em julho e agosto. Até o fechamento desta edição os(as) demais professores(as) aguardavam o acerto. O governo afirma que não tem dinheiro para cumprir a lei. Já fizemos mais um ato (18 de novembro), estamos dialogando com lideranças da Câmara Legislativa e do GDF para resolver o quanto antes esta questão”.

Reuniões gerais e específicas

Chicão: “As reuniões que tivemos foram para orientar a categoria e solucionar dúvidas, principalmente no âmbito financeiro.

Uma destas foi sobre a questão do reajuste que os aposentados proporcionais não tiveram em 2013, mas que veio em forma de pecúnia em 2014. As reuniões que sempre

“Mantemos a categoria sempre próxima das atividades da Secretaria”

Chicão, Diretor do Sinpro

mantemos é para informar sobre determinadas situações e para formação de turmas para algumas atividades. Mantemos a categoria sempre próxima da gente, das atividades do Sinpro, da CNTE e da CUT”.

PEC nº 176/2012 (precatórios)

Sílvia: “Foram inúmeras visitas à Câmara. Desde o mês de

março estamos pressionando pela tramitação deste projeto. A PEC nº 176/2012, versa sobre o pagamento dos precatórios para as pessoas idosas ou que apresentam alguma doença crônica. Este pagamento é para as pessoas receberem desde que for transitado em julgado, recebendo na sua integralidade. Na Câmara, conseguimos a adesão de mais de 200 deputados federais”.

Chicão: “Nós precisamos da assinatura dos líderes dos partidos para que este projeto entre na pauta. Estamos dialogando com a deputada Rosinha (PT do B – AL), que ficou de recolher estas assinaturas com as lideranças”.

Curso de informática

Chicão: “O curso de informática será retomado em 2015 na sede (SIG) e subdesdes de Planaltina, Taguatinga e Gama. Vamos divulgar o período para inscrições no Quadro Negro e no site do Sinpro”.

SINPRO É PREMIADO NO 1º PRÊMIO LUIZ GUSHIKEN DE JORNALISMO SINDICAL E POPULAR DA CUT

O SINPRO VENCEU EM DUAS CATEGORIAS E FOI FINALISTA EM OUTRAS TRÊS

O Teatro dos Bancários recebeu, no dia 13 de outubro, os(as) finalistas do 1º Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular. Foram mais de 100 trabalhos inscritos por sindicatos e movimentos populares, que concorreram em sete categorias: fotografia, artes, televisão e vídeos, rádio, jornalismo impresso, internet e uma categoria especial.

Estiveram presentes na cerimônia Elisabete Leonel e Guilherme Gushiken (companheira e filho de Luiz Gushiken). Ele foi um sindicalista bancário, fundador da CUT e presidente nacional do PT, além de deputado federal por três mandatos e ministro da Secretaria de Comunicação do governo Lula. Ele faleceu em setembro de 2013. Luiz Gushiken dedicou-se ao combate contra a dita-

dura, em prol do sindicalismo combativo e da luta pelos direitos dos(as) trabalhadores(as). Também marcaram presença Vágner Freitas (presidente da CUT nacional), Jacy Afonso de Melo (secretário da CUT nacional), assim como vários(as) outros(as) diretores(as) da entidade organizadora, assim como de vários sindicatos filiados.

Na categoria “Impresso” o Sinpro venceu com a Revista Sinpro Mulher. Na categoria “internet”, o site do Sinpro (www.sinprodf.org.br) também alcançou o primeiro lugar.

O Sindicato ainda chegou à final em três categorias: “artes” (com a Revista Sinpro Mulher e com a capa do Quadro Negro nº185) e “televisão e vídeos” (com a cobertura da I Corrida e Caminhada do Sinpro).

O primeiro lugar geral foi da Escola de Mídia Comunitária, da TV Comunitária de Brasília.

Iniciativa que conta com a parceria do Sinpro, que são oficinas sobre a mídia televisiva, com a participação de alunos(as) de escolas públicas que produzem um programa de TV.

Rodrigo Rodrigues, secretário de formação da CUT-DF, analisa o sucesso desta iniciativa. “A CUT compreende a importância da comunicação na organização da luta dos(as) trabalhadores(as). Esta premiação é uma forma de reconhecer e incentivar este segmento, para que a comunicação sindical e popular se desenvolva e seja valorizada”, diz.

O Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular é iniciativa da CUT Brasília como parte das comemorações dos 30 anos de fundação da entidade. O intuito é consagrar os trabalhos dos(as) profissionais que contribuem para o fomento da comunicação sindical e popular.



Ao final do evento, os(as) premiados(as) subiram ao palco e foram aplaudidos(as)

CICLO DE DEBATES AJUDA NO CRESCIMENTO DE ALUNOS E PROFESSORES

DURANTE O ANO 22 ESCOLAS RECEBERAM O PROJETO, QUE TEM COMO OBJETIVO FORTALECER A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E DEBATER ASSUNTOS DE GRANDE RELEVÂNCIA

Projeto criado pela Secretaria de Raça e Sexualidade do Sinpro, o Ciclo de Debates visitou 22 escolas durante o ano, levando a discussão de temas importantes e relevantes para o crescimento de alunos(as) e professores(as). Tendo a preocupação de municiar o(a) professor(a) didaticamente

comunidade escolar a introduzir temas de relevância entre os alunos. “Já percorremos escolas das mais variadas regionais de ensino, visando atender às necessidades daquelas comunidades escolares. Além do Ciclo de Debates, a Secretaria participa, também, de marchas LGBT, paradas gay, palestras, seminários, além de projetos como Cara e Cultura Negra



Iniciativa da Secretaria de Raça e Sexualidade do Sinpro, o Ciclo de Debates visitou 22 escolas do Distrito Federal durante o ano de 2014

para que ele(a) possa trabalhar temáticas variadas na sala de aula e fortalecer a coordenação pedagógica, o projeto abordou, em 2014, questões raciais e de diversidade, indígena, homofobia, entre outros assuntos de grande importância. Os debates são dirigidos aos(as) professores(as) e para alunos(as) do jardim de infância ao ensino médio, EJA e escolas especiais.

Dois temas marcaram o Ciclo de Debates ao longo do ano: diversidade e étnico-racial. Segundo a coordenadora da Secretaria, Wiviane Farkas, todos estes projetos auxiliam a

e Mulher Caribenha”, analisa Wiviane, salientando que é preciso trabalhar não somente o pontual, mas também abordar outras questões de importância e que fazem parte do cotidiano das escolas. “Desta forma levamos, por meio do debate, uma solução para os problemas que acontecem nestes centros educacionais”, argumenta a diretora do Sinpro.

As escolas interessadas podem ligar e agendar uma data para o Ciclo de Debates pelo telefone (61)3343-4206, (falar com Ana Lúcia), ou através do e-mail: faleconoscoracaesexualidade@sinprodf.org.br.

PARTICIPE E CONHEÇA O PROJETO!

REVISTA SINPRO MULHER RECEBE O PRÊMIO LUIZ GUSHIKEN

A PUBLICAÇÃO FOI AGRACIADA NO 1º PRÊMIO LUIZ GUSHIKEN DE JORNALISMO SINDICAL E POPULAR

O Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular, vem para reconhecer os trabalhos de profissionais e dirigentes que colaboram para a promoção da comunicação sindical e popular, para a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, para as lutas por justiça e igualdade social e para a democratização dos meios de comunicação.

No dia 13 de outubro de 2014

a Revista Sinpro Mulher, através do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres Educadoras, foi reconhecida em 1º lugar na Categoria Jornalismo Sindical e, também foi indicada para a final na Categoria Artes, através da diagramação de Samuel Alves de Paula.

Para Neliane Cunha, diretora do Sinpro na Secretaria de Políticas para as Mulheres, a revista faz parte de um conjunto de ações da Secretaria. “A Revista Sinpro Mulher vem como um instrumento de informação,

reflexão e de ações para a sala de aula e os projetos político-pedagógicos. Aliada ao Projeto Igualdade se Planta na Escola, que ajuda a tecer a transformação social no cotidiano do espaço escolar e com as homenagens do Prêmio Mulher Educadora – Cidadã do Mundo, que reconhece educadoras que se destacam nas ações pedagógicas para a promoção da igualdade na luta por dignidade e justiça, podemos informar, refletir com a categoria, incentivar e agradecer as sementes lançadas na educação.”

Em março de 2015 será o lançamento da 2ª edição da Revista Sinpro Mulher que já está em construção e, pela terceira vez, o Prêmio Mulher Educadora – Cidadã do Mundo. Enviem críticas e sugestões de trabalhos realizados para o e-mail sinpromulher@sinprodf.org.br. Participe para que se possa colher os frutos de enfrentamento, transformação e igualdade.



O prêmio coroou a iniciativa da Secretaria das Mulheres do Sinpro em produzir a Revista Sinpro Mulher

PROJETO DO CEF 12 DE CEILÂNDIA GANHA PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O TRABALHO TEVE COMO UMA DAS FONTES DE PESQUISA E DE INSPIRAÇÃO A REVISTA SINPRO MULHER

O projeto “Mulheres Inspiradoras”, da professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, foi classificado em primeiro lugar na quarta edição do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos. A Revista Sinpro Mulher foi uma das fontes de inspiração e de pesquisa usadas pela pro-

as regiões do país e disputou o primeiro lugar na Categoria 2A com o projeto “A Cor do Brasil: uma Prática de Sucesso na Educação Prisional”, criado pela professora Maria das Graças Reis Barreto e executado no Colégio Professor George Frago Modesto, em Salvador, Bahia.



A professora Gina Vieira (2ª à esq.) ao lado das diretoras do Sinpro

fessora para fundamentar o trabalho. A cerimônia de entrega do prêmio (R\$ 15 mil e um troféu) ocorreu no dia 21 de novembro, no Auditório Sede do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios.

Executado no Centro de Ensino Fundamental 12 de Ceilândia, o projeto de Gina Albuquerque foi selecionado dentre cerca de 260 trabalhos inscritos, provenientes de todas

O prêmio bial tem o objetivo de contribuir para a formação de uma cultura que defenda valores, atitudes e práticas sociais que respeitem os direitos dos cidadãos em todos os espaços da sociedade. O prêmio recebeu candidaturas de diversas instituições públicas e privadas, além de secretarias de educação e instituições do terceiro setor.

CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO MOBILIZA O PAÍS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ENTRE 2001 A 2011, ESTIMA-SE QUE OCORRERAM MAIS DE 50 MIL FEMINICÍDIOS, OU SEJA, EM MÉDIA, 5.664 MORTES DE MULHERES POR CAUSAS VIOLENTAS A CADA ANO, A IMPUNIDADE AINDA PERSISTE

Entre o Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres (25/11) e o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12), realizam-se ações de combate à violência contra a mulher em todo o mundo. Trata-se da Campanha 16 Dias de Ativismo, criada em 1991, pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CLGM). O Brasil só ingressou em 2003. Este ano, o lema foi “Empoderar as mulheres. Empoderar a humanidade. Imagine!”

No Brasil dura 21 dias porque começa no dia 20 de novembro, Dia

da Consciência Negra, em solidariedade às mulheres negras que são as que mais sofrem com a desigualdade no país. Dados da ONU Mulheres informam que no Brasil, entre 2001 a 2011, houve mais de 50 mil feminicídios. Em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano; 472 a cada mês ou uma morte a cada 1h30. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos. O 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2013, houve 50.224 estupros no país. O Ministério da Saúde informa que,

em 2011, a violência contra as mulheres custou R\$ 5,3 milhões com internações – 5.496 mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por algum tipo de agressão.

“O nosso desafio como educadoras e educadores da rede pública é desconstruir essa educação sexista, racista, lesbofóbica e violenta. É no espaço da escola que meninas e meninos vão se percebendo como iguais”, afirma Eliceuda França, diretora Executiva do Sinpro. Disque 180 para denunciar qualquer tipo de violência contra a mulher.

CONHEÇA OS MOMENTOS HISTÓRICOS QUE MARCAM OS 16 DIAS DE ATIVISMO:

25/NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, EM MEMÓRIA A “LAS MARIPOSAS”.

1º/DEZEMBRO - DIA MUNDIAL DE COMBATE À AIDS, QUE TEM POR OBJETIVO ESTIMULAR A PREVENÇÃO, DIMINUIR A DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS HIV E COMBATER O PRECONCEITO CONTRA AS PESSOAS SOROPositivas.

06/DEZEMBRO - CAMPANHA DO LAÇO BRANCO, EM MEMÓRIA ÀS 14 ESTUDANTES ASSASSINADAS NA ESCOLA POLITÉCNICA DE MONTREAL, EM 1989.

10/DEZEMBRO - DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. EM 1948, A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS FOI ADOTADA PELA ONU.

FESTIVAL DO CED 06 DE CEILÂNDIA APROXIMA ALUNOS E COMUNIDADE ESCOLAR DA MÚSICA

PROJETO TEVE INÍCIO COMO UM INTERVALO CULTURAL E CULMINOU COM A REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO FESTIVAL DE MÚSICA. VENCEDORES GANHARAM PRÊMIOS EM DINHEIRO E GRAVAÇÃO DE CD

Um projeto desenvolvido pelo Centro Educacional 06 de Ceilândia (P-Sul) tem aproximado alunos e comunidade escolar para a música. Criado a partir de oficinas de violão feitas na própria escola, o projeto promoveu, no dia 14 de novembro, o Primeiro Festival de Música. Doze inscrições foram feitas e os três melhores classificados receberam dinheiro que será investido na aquisição de instrumentos musicais. As melho-

res músicas serão gravadas em um CD, que será vendido na própria escola, a preço de custo.

Segundo o professor e um dos organizadores do projeto, Kleber Carvalho, a participação dos alunos tem aumentado, assim como o gosto de todos pela música. “Depois que começamos a desenvolver o intervalo cultural na escola, o interesse dos alunos com a música aumentou. Colocávamos alguns instrumentos musicais no

pátio no horário do intervalo das aulas e os alunos faziam um som. A partir daí a atividade foi ficando mais séria e resolvemos organizar o Festival de Música”, explica Kleber Caverna, como é conhecido. O professor ainda comenta que uma das preocupações do projeto é oferecer acesso à cultura para toda a comunidade escolar, que é uma carência, além de unificar os laços entre as duas unidades educacionais do P-Sul.

Para o diretor do Sinpro, Samuel Fernandes, esse projeto serve de inspiração para outras escolas desenvolverem, pois toda a comunidade escolar se envolve. “Os professores e alunos do CED

06 de Ceilândia estão de parabéns! Todos estão juntos por uma educação pública de qualidade”.

As bandas vencedoras foram:

Hebert Medeiros e Banda (primeiro lugar); André e banda Random Café (segundo lugar) e Kathlen Cristina e Banda (terceiro lugar).



Os vencedores ganharam prêmios em dinheiro, que serão investidos na aquisição de instrumentos musicais



As apresentações musicais reuniram um bom público na escola

CEF 03 DO GAMA DISCUTE REFORMA POLÍTICA COM ALUNOS(AS) DA EJA

O ASSUNTO FOI ABORDADO DURANTE TODO O SEMESTRE COM OFICINAS E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

A reforma política foi o tema da “semana EJA” que ocorreu neste segundo semestre no Centro de Ensino Fundamental 03 do Gama. As discussões e oficinas foram realizadas durante todo o semestre com a culminância no dia 14 de novembro.

Cerca de 200 alunos(as) da EJA participaram desta atividade, que estava inserida dentro do tema dos três poderes da República. “Nós focamos no Poder Executivo, para chamar a atenção dos(as) alunos(as) sobre a reforma política. Fizemos uma sala ambiente, na qual eles(as)

assistiram vídeos e votaram no plebiscito sobre a reforma política.

200
alunos(as)
participaram da
atividade na escola

na sala ambiente, na qual eles(as) assistiram vídeos e votaram no plebiscito sobre a reforma política, em uma simulação que fizemos” afirmou Wijairo Mendonça,

diretor do Sinpro.

A discussão sobre a reforma política é necessária e os(as) professores(as) não podem se esquivar deste assunto, de acordo com o diretor. “Muita gente ainda não conhece o tema da reforma política, que precisa ser amplamente debatida na sociedade. Este diálogo tem que passar necessariamente pela escola, principalmente, para os(as) alunos(as) do ensino médio e EJA, que fazem parte do público alvo, pois já estão aptos(as) para votar e compreendem a realidade política do Brasil”, diz.

Meg Soares, diretora de Formação Sindical do Sinpro comenta a iniciativa:

“A luta, agora, dos sindicatos, movimentos sociais e estudiantis é para continuar a campanha iniciada com o plebiscito popular. Este debate tem que ser aprofundado em todos os setores da sociedade, especialmente nas escolas e nas universidades. Precisamos levar este tema até as escolas, para nossos(as) alunos(as). Temos o privilégio de termos em mãos mais de 500 mil alunos e é um debate que pode ser feito desde a educação infantil (fazendo adapta-

ções na linguagem, é claro) até o ensino médio e a EJA. A diretoria do Sinpro está se mobilizando com esta demanda, pois algumas escolas já estão solicitando estes materiais para o debate, nós estamos à disposição. O caminho é sensibilizar a comunidade escolar: os(as) professores(as), servidores(as) e principalmente nossos estudantes, especialmente nos grandes centros de ensino médio. Nas escolas públicas, o Sinpro ocupa um espaço importante e deve investir pra que esse debate seja cada vez mais amplo e acessível para crianças e jovens”.

SECRETARIA DE CULTURA PROMETE MUITAS ATRAÇÕES PARA A CATEGORIA NO ANO DE 2015

A NOVIDADE SERÁ O SARAU CULTURAL DO SINPRO, QUE DARÁ VAZÃO ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS DOS(A)S PROFISSIONAIS SINDICALIZADOS(A)

O ano de 2014 foi de muitas conquistas para a categoria. E o bem-estar dela norteou as ações da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro, estas que serão ampliadas no próximo ano. Estreitando laços e semeando bons momentos, fazendo jus ao significado da própria palavra “cultura” (“colere” em latim, que significa cultivar).

No dia 30 de março, 1,5 mil professores(as) participaram da I Corrida e Caminhada do Sinpro, que foi um grande sucesso, com inscrições esgotadas. Além de comemorar os 35 anos do Sindicato, o evento arrecadou mais de 600 quilos de alimentos não perecíveis, que foram doados para a Creche Alecrim (na Cidade Estrutural) e para a Associação Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista (Fale), no Recanto das Emas. Já a tradicional Festa Junina

ocorreu no dia 9 de agosto na Chácara do Professor, em Brazlândia. Milhares de pessoas compareceram ao evento, que começou cedo, às 17 horas, com muitas atrações para a criançada. A festa resgatou as tradições dos “arraiás nordestinos” e invadiu a madrugada, com muito forró de Tiago Lunar e do grupo Rastapé.

No dia 18 de outubro, o Net Live Brasília ficou pequeno para a Festa do Professor. O público sambou com Jorge Aragão e a cantora Dhi Ribeiro, além de curtir os sucessos de várias épocas com o show da Banda Suprema e o repertório do DJ Black Roque.

2015

No próximo ano, a Festa Junina e a Festa do Professor, eventos já consagrados no calendário da categoria, vão ocorrer. Mas a Secretaria aponta duas novidades.



O cantor e compositor Jorge Aragão foi o grande nome da Festa do Professor deste ano

A primeira é o aumento de inscrições na II Corrida e Caminhada do Sinpro. “Nosso desejo é de aumentar a interação entre a categoria e seus familiares. Portanto, vamos ampliar as inscrições para que os(as) professores(as) filiados(as) do Sindicato também possam inscrever

seus(suas) companheiros(as) e filhos(as)”, diz Marco Aurélio Rodrigues, diretor do Sinpro.

E será organizado o primeiro Sarau Cultural do Sinpro, abrindo espaço para as manifestações artísticas de todos(as) os(as) professores(as) sindicalizados(as). “Estamos retomando esse projeto, que

agora será aperfeiçoado, em uma nova roupagem, outro conceito. Ele será feito nas escolas à noite, envolvendo os(as) professores(as) e alunos(as) da EJA. Os saraus serão temáticos e darão espaço para a música, teatro, literatura e artes plásticas da categoria”, afirma Elaine Amâncio, diretora do Sinpro.



A 1ª Corrida e Caminhada do Sinpro, o Baile do Professor e a Festa Junina do Sindicato são eventos que estão no calendário do Sindicato dos Professores para o ano de 2015